

Comitê avalia estimativa de receitas do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento tem na pauta desta semana, além da proposta orçamentária para 2009, a abertura de créditos suplementares no valor de R\$ 5,5 bilhões para ministérios e órgãos federais, e a adequação do regulamento interno. Hoje, às 14h30, o Comitê de Avaliação da Receita analisa a estimativa de arrecadação do governo federal para 2009, que prevê receita líquida de R\$ 662 bilhões, descontadas as transferências para estados e municípios. **3**

Comissão do CPP debate prova e medida cautelar

A comissão externa criada no Senado para elaborar um anteprojeto de Código de Processo Penal (CPP) volta a discutir hoje o modelo de investigação pré-processual. O debate será feito com base em texto do presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal. Na reunião, também serão analisados os temas medidas cautelares e provas. **7**

Constituição é obra inacabada, diz Marco Maciel

Ao relembrar os 20 anos da Constituição, completados nesse domingo, Marco Maciel observou que centenas de artigos estão ainda por ser regulamentados e disse que a governabilidade do país depende do fortalecimento das instituições. **8**

Senadores pedem reforma política que fortaleça partidos

Representantes de quase todos os partidos ocuparam a tribuna ontem para comentar as eleições municipais. Ao examinar os resultados, vários oradores disseram que é hora de o Congresso Nacional se dedicar à análise e votação da reforma política a fim de fortalecer os partidos. Três parlamentares criticaram a falta de limites para as pesquisas eleitorais. **4 a 6**

MERCADANTE

O presidente Lula tem 80% de apoio do povo brasileiro, e é evidente que esse sentimento esteve presente nessas eleições municipais.



Gerardo Magela

IDELI SALVATTI

O PT, que 30 anos atrás administrava apenas 38 municípios, tem até agora (ainda haverá segundo turno em alguns municípios) 545 prefeituras.



Gerardo Magela

ALVARO DIAS

Os partidos não baseiam mais sua atuação e coligações no conteúdo de seus programas, mas em interesses locais.



Gerardo Magela

MESQUITA JÚNIOR

A prática de contratar cabos eleitorais para a campanha é "uma deformação do processo eleitoral".



Gerardo Magela

TIÃO VIANA

O PAC é uma demonstração evidente da presença do governo federal nas regiões mais isoladas deste país.



Gerardo Magela

ROMEU TUMA

Crítérios do voto de legenda prejudicam candidatos de partidos menores e precisam ser reformulados.

RENAN CALHEIROS

Os resultados mostram que o PMDB "é um grande patrimônio da sociedade e tem o dever de responder às suas expectativas".



Jonas Pereira

MÁRIO COUTO

O processo eleitoral é guiado pelo poder aquisitivo do candidato, em detrimento de sua cultura, capacidade ou boas intenções.



Gerardo Magela

HERÁCLITO FORTES

Os candidatos no Piauí enfrentaram "máquinas poderosas, desmandos e provocações" dos adversários.



Gerardo Magela

PEC visa eliminar os gastos com escritura, considerados obstáculos ao acesso à moradia de quem tem baixa renda



Comissão de Justiça deve examinar amanhã uma PEC de Maranhão e duas de Paim

Pobre poderá registrar imóvel gratuitamente

ENTRE OS 27 itens da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para amanhã, estão três propostas de emenda à Constituição (PEC). A PEC 55/05, de José Maranhão (PMDB-PB), determina que pessoas "comprovadamente pobres" poderão ficar isentas do pagamento de despesas para lavrar ou registrar escritura de imóvel. Esse imóvel, entretanto, deverá ser destinado exclusivamente para habitação e também ser a única moradia da família.

A relatora da matéria na CCJ, Lúcia Vânia (PSDB-GO), apresentou voto favorável à matéria, com emendas. Em seu relatório, a senadora observou que as despesas referentes ao processo de lavratura de escrituras representam "verdadeiro obstáculo imposto aos compradores de imóveis de baixa renda". Para o autor da proposta, o custo do registro imobiliário representa "um dos mais sérios obstáculos à transação de imóveis e, portanto, de acesso à moradia".

Seguridade

Já a PEC 24/03, de Paulo Paim (PT-RS), visa proibir o bloqueio ou o contingenciamento de dotações destinadas à Seguridade Social no Orçamento da União. Segundo Paim, esses cortes têm causado "enormes prejuízos à população brasileira e retardado o resgate da gigantesca dívida



Proposta de Maranhão exige que imóvel seja única moradia da família

social" do país. O relator, senador Valter Pereira (PMDB-MS), apresentou voto favorável.

Paim também é o autor da PEC 23/08, que estabelece a aprovação pelo Senado, por maioria absoluta, "de operações de compra ou arrendamento, por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, e por pessoas jurídicas brasileiras de capital estrangeiro, de propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal". A proposta determina ainda o confisco de propriedades rurais da Amazônia Legal onde tenha havido desmatamento. O relator, Marco Antônio Costa (DEM-TO), apresentou, no entanto, voto contrário à iniciativa.

Se acolhidas na CCJ, as PECs seguem para Plenário, onde cabe recurso para que sejam lá votadas mesmo em caso de rejeição pela comissão.

Heráclito lamenta falecimento de Homero Santos, ex-ministro do TCU

Ao final da sessão não-deliberativa de ontem, o senador Marco Maciel (DEM-PE), na presidência dos trabalhos, leu requerimento de autoria do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) solicitando voto de pesar pelo falecimento do ministro emérito do Tribunal de Contas da União (TCU) Homero Santos.

Heráclito disse ter sido colega de Homero na Mesa da Câmara dos Deputados e elogiou a

trajetória do ex-prefeito e ex-vereador de Uberlândia (MG) – e também ex-deputado estadual. Homero foi ainda secretário da União Nacional dos Estudantes (UNE) no final da década de 1940.

O ex-presidente do TCU faleceu domingo passado, em decorrência de um enfisema pulmonar, depois de votar para prefeito e vereador em sua cidade natal, Uberlândia.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Programação monetária no Plenário

Às 14h a sessão é deliberativa. Na pauta, projetos de decreto legislativo que aprovam a programação monetária para o quarto trimestre de 2007 e para o primeiro e segundo trimestres deste ano.



Garibaldi recebe do presidente do TCU relatório de obras inacabadas

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa na Câmara dos Deputados, às 11h30, da inauguração de exposição em homenagem aos 20 anos da Constituição e recebe, às 12h, no gabinete da Presidência do Senado, o diretor Regional do Centro-Oeste da Anamages, juiz Robson Barbosa de Azevedo. Às 12h30, será

recebido o presidente da Associação do Corpo Consular do Rio Grande do Sul, Edison Freitas; às 14h, Garibaldi tem audiência com o presidente do TCU, ministro Walton Rodrigues, que entregará o relatório das obras inacabadas; às 15h, recebe editais das licitações do Senado; e às 16h preside a ordem do dia.

Educação: Enade pode ser anual

A partir das 11h a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve votar 18 proposições, entre elas a que propõe alteração na Lei 10.861/04 para tornar anual a aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e a que institui o Estatuto dos Museus. Também deverá ser examinado, em turno suplementar, substitutivo ao projeto que determina o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos níveis infantil e fundamental.

Exame de indicações para embaixadas na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne, às 10h, para votar as indicações dos diplomatas Ana Cândida Perez e Luiz Felipe de Seixas Corrêa para o cargo de embaixador, respectivamente, na Nigéria e no Vaticano.

CMA analisa descarte de embalagens recicladas

Reunião, às 11h30, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para votar 17 proposições. Entre os projetos, está o que determina a fixação, nos rótulos das embalagens produzidas com material reciclável, de informações sobre a forma de descarte da embalagem.



Ministro do Planejamento fala à CMO

Reunião deliberativa, às 14h30, da Comissão Mista de Orçamento (CMO) com o Comitê de Avaliação da Receita. Em seguida às deliberações, os parlamentares debatem a proposta orçamentária para 2009 com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. Às 16h a comissão se reúne com o colegiado de representantes das lideranças partidárias.

Comissão de Juristas trabalha no novo CPP

Reunião, às 9h, da Comissão de Juristas, colegiado responsável pela elaboração do anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal.

Representação no Parlasul vota acordo com o Uruguai e ata da última reunião

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul se reúne às 15h para votar a ata da reunião do dia 6 de agosto; o projeto de decreto legislativo que aprova o texto do acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre o Brasil e o Uruguai, celebrado em Brasília, em 1º de abril de 2005; e mensagens do Executivo.

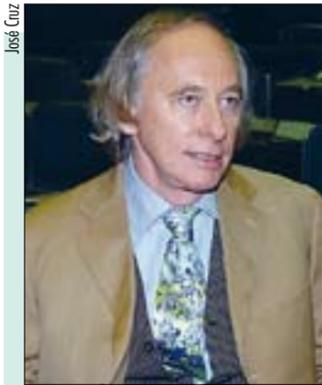


Indicações para o Cade e a CVM

Reunião, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para votar a indicação de César Costa Alves de Mattos para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e de Eliseu Martins, para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em seguida, serão examinadas 15 proposições, entre elas pedidos de autorização de empréstimos para os municípios de Corumbá (MS) e Uruaiana (RS), bem como para o estado do Tocantins.

Exposição 20 Anos da Constituição Cidadã

Abertura, às 11h, da exposição 20 anos da Constituição Cidadã, com a presença dos presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.



Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente, foi convidado para o debate

Comissão quer discutir expansão do biocombustível

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em conjunto com a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, que funciona no âmbito da CRA, realiza amanhã audiência pública para discutir o zoneamento agrícola brasileiro e a expansão de áreas de cultura de biocombustíveis.

Estão convidados os minis-

tros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

Na reunião, que atende a requerimentos dos senadores Expedito Júnior (PR-RO) e João Tenório (PSDB-AL) e do então senador Sibá Machado, também deverão ser discutidos o planejamento do zoneamento

agrícola para o cultivo de cana-de-açúcar no Brasil e notícias divulgadas pela imprensa, de acordo com o texto dos requerimentos de convocação da audiência, que tratam da proibição dessa cultura na Amazônia Legal.

A audiência acontece a partir das 10h, na sala 7 da Ala Alexandre Costa.



O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, pode comparecer à audiência

Internet: projeto prevê tarifa de ligação local a acesso via DDD

Em municípios onde não há provedor local de acesso à internet, as chamadas telefônicas de longa distância para conexão a provedor situado em outra localidade deverão ser tarifadas como ligações locais se aprovado projeto de lei que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em reunião marcada para hoje, às 10h, o colegiado também examina outros 14 itens em pauta, além de analisar indicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

De autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), o PLS 317/05 determina que as ligações interurbanas para conexão à internet tenham tarifas semelhantes às mais baixas praticadas para chamadas locais, mantendo a qualidade exigida para telefonemas de longa distância. Jucá argumenta que os custos de acesso à rede mundial de computadores são muito elevados em municípios ainda sem cobertura de tecnologia de banda larga, o que limita o acesso de muitos brasileiros à internet.

A proposta, explica o senador na justificativa do projeto, visa promover a inclusão digital nas pequenas cidades. Favorável ao projeto, o relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), observa que o acesso discado é a forma de conexão usada por 60% dos municípios brasileiros. Muitas dessas localidades, informa Flexa Ribeiro, não possuem provedor local, o que exige a realização de ligações interurbanas para o acesso à rede mundial de computadores. Em seu parecer, o relator considera que a adoção da medida contida no projeto de lei contribuirá para reduzir as desigualdades sociais e regionais do país.

Os senadores que integram a CAE também devem votar três mensagens da Presidência da República solicitando autorização para a contratação de créditos externos. A primeira trata de um empréstimo de US\$ 3,2 milhões em benefício do município de Corumbá (GO), a ser contratado junto ao Fundo Financeiro para o



Romero Jucá acredita que medida contribuirá para a inclusão digital nas pequenas cidades sem provedor

Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

A segunda mensagem prevê a contratação de operação de crédito, no valor de US\$ 6,8 bilhões, entre o município de Uruguaiana (RS) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird). A última mensagem autoriza o governo do Tocantins a contrair financiamento, no valor de US\$ 175,4 milhões, para obras de integração rodoviária no estado – o contrato deverá ser firmado junto ao Mediocredito Centrale, instituição financeira sediada na Itália.

Indicações

Na segunda parte da reunião, os parlamentares devem analisar a indicação de César Costa Alves de Mattos para o cargo de conselheiro do Cade. No parecer apresentado ao colegiado, o relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), destaca a formação acadêmica e a experiência profissional do indicado. Mattos é doutor em Economia, tendo obtido o título pela Universidade de Brasília, e atualmente trabalha como consultor legislativo da Câmara dos Deputados.

Também será analisada na CAE a indicação de Eliseu Martins para o cargo de diretor da CVM. Doutor em Contabilidade pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Martins é professor universitário e membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis da CVM. A indicação será relatada pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Os nomes dos dois indicados serão submetidos a votação secreta na Comissão de Assuntos Econômicos e, após isso, seguem para decisão final no Plenário do Senado.

Comitê analisa estimativa de receitas do Orçamento 2009

Deputados e senadores da Comissão de Orçamento terão uma semana cheia: na pauta, além do Orçamento, créditos extraordinários e adequação do regulamento interno

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) realiza no decorrer desta semana seis reuniões. Hoje, a partir das 14h30, o Comitê de Avaliação da Receita analisa a estimativa de arrecadação do governo federal contida na proposta de Orçamento para 2009 (PLN 38/08), que prevê receita líquida de R\$ 662 bilhões, descontadas as transferências para estados e municípios. A reunião será na sala da presidência da comissão.

No mesmo horário, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, os membros da CMO devem votar 11 pedidos de abertura de créditos suplementares no valor de R\$ 5,5 bilhões para ministérios e órgãos federais. A maior quantia – R\$ 2,8 bilhões – destina-se aos ministérios da Previdência Social; do Trabalho e Emprego; e do Desenvol-

vimento Social e Combate à Fome. Os recursos serão usados para pagar, respectivamente, benefícios previdenciários; seguro-desemprego e abono salarial; e benefícios de prestação continuada.

Logo após a reunião, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, fala sobre o projeto da lei orçamentária para 2009. Ele também deve comentar os efeitos da crise financeira mundial na economia brasileira e o que o governo vem fazendo para que o país possa atravessar sem maiores problemas esse período de turbulência.

Depois da audiência com Paulo Bernardo, a CMO reúne o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na comissão para debater o cronograma de tramitação da proposta orçamentária.

Amanhã, a partir das 14h30, a comissão deve votar, entre outras matérias, requerimento de autoria do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) que pede a realização de audiência pública para discutir os investimentos realizados pelo governo no Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Deverão ser convidados o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman; a ex-jogadora de basquete Paula e Giba, atacante da Seleção Brasileira de Vôlei.

Na próxima quinta-feira, a partir das 10h, a Comissão de Orçamento faz outra reunião, desta vez de caráter extraordinário, para votar projeto de créditos adicionais, avisos e relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU), além da análise da proposta de adequação do regulamento interno da comissão.



A Comissão de Orçamento recebe hoje o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que falará sobre a crise econômica internacional

Simon propõe que Mantega explique crise

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá examinar hoje requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugerindo que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, exponha perante aquele colegiado os planos do governo para enfrentar os efeitos da crise global dos mercados financeiro e de capitais. Simon quer de Mantega uma avaliação das prováveis con-

seqüências para o Brasil dos abalos nos bancos dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia e seus reflexos nas bolsas de valores do mundo inteiro.

– O Brasil está na expectativa das medidas. Importa saber o que o governo vai fazer para enfrentar o problema – argumentou Simon, que disse não estar satisfeito apenas com as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No requerimento, o senador chama a atenção para a necessidade de se debater com o ministro especificamente os mecanismos de salvaguardas e garantias da estabilidade do sistema financeiro nacional. “É fato notório o agravamento da crise que se abateu no sistema financeiro americano, alastrando-se para o mundo”, afirma Simon na justificativa de seu requerimento.

Novo pleito acontecerá em 26 de outubro em 11 capitais e nos municípios com mais de 200 mil eleitores em que nenhum candidato obteve 50% dos votos válidos mais um nas eleições de domingo. PMDB foi o partido que mais conquistou prefeituras – pelo menos 1.200 –, seguido do PSDB, que elegeu mais de 780 prefeitos

Segundo turno para prefeito será realizado em 29 municípios

ELEITORES DE 29 cidades brasileiras comparecerão novamente às urnas, no dia 26 de outubro, para escolher seus prefeitos. Na condição de municípios com mais de 200 mil eleitores, não tiveram, no primeiro turno, nenhum candidato com 50% dos votos válidos mais um, conforme determina a legislação. Nessa situação, há 11 capitais, entre elas São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador.

Em São Paulo, maior cidade do Brasil, disputarão o candidato do Democratas, Gilberto Kassab, e a petista Marta Suplicy. Em Belo Horizonte, o embate ocorrerá entre Márcio Lacerda (PSB) e Leonardo Quintão (PMDB). No Rio de Janeiro, os eleitores escolherão entre Eduardo Paes (PMDB) e Fernando Gabeira (PV), que aparecia em diversas pesquisas em terceiro lugar, mas acabou se classificando para o segundo turno ao superar o senador Marcelo Crivella (PRB), que ficou em terceiro lugar.

Na capital da Bahia, a decisão ocorrerá entre o atual prefeito, João Henrique Carneiro (PMDB), e o petista Walter Pinheiro. O deputado federal Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM)

era inicialmente favorito nas pesquisas, mas ficou em terceiro lugar.

No Sul, duas capitais terão segundo turno. Em Florianópolis, Dário Berger (PMDB) e Esperidião Amin (PP) disputarão a vaga a prefeito. Já em Porto Alegre, os gaúchos optaram entre José Fogaça (PMDB) e Maria do Rosário (PT).

As outras capitais que realizarão segundo turno são: Manaus, com Amazonino Mendes (PTB) e Serafim Corrêa (PSB); Macapá, com Camilo Capiberibe (PSB) e Roberto Góes (PDT); São Luís, com João Castelo (PSDB) e Flávio Dino (PCdoB); Cuiabá, com Wilson Santos (PSDB) e Mauro Mendes (PR); e Belém, onde os eleitores escolherão entre Duciomar Costa (PTB) e José Priante (PMDB).

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 77 municípios registraram mais de 200 mil eleitores e poderiam ter ido para segundo turno. Dentre as 26 capitais, apenas duas não estão nessa situação, Boa Vista

e Palmas, que possuem menos eleitores do que o número exigido pela legislação.

Haverá eleição no dia 26 de outubro também em Benedito Leite (MA), onde as eleições foram anuladas por terem sido encontradas urnas queimadas em terreno baldio.

No segundo turno, cada candidato terá 20 minutos de tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão.

Resultados

Nos 79 principais colégios eleitorais do país, formados pelas 26 capitais e pelas cidades com mais de 200 mil eleitores, 50 já definiram os novos prefeitos. Dessas 50 cidades, 36 (72%) reelegeram os atuais administradores. Das 26 capitais, 15 escolheram, no primeiro turno, quem serão os novos prefeitos. O Distrito Federal não realiza eleições municipais.

Já sabem quem serão seus prefeitos os moradores das capitais Rio Branco, Maceió, Fortaleza, Vitória, Goiânia,

Campo Grande, João Pessoa, Recife, Teresina, Curitiba, Natal, Porto Velho, Boa Vista, Aracaju e Palmas.

Nas capitais onde não haverá a frente da prefeitura de Teresina e Beto Richa em Curitiba. O PSB elegeu Ricardo Coutinho prefeito de João Pessoa e Iradilson Sampaio em Boa Vista. Outros três partidos elegeram prefeitos em apenas uma capital: PV, PP e PCdoB. O Partido Verde emplacou a candidata Micalra de Sousa em Natal; o PP elegeu Cicero Almeida em Maceió; e o PCdoB, Edvaldo Nogueira em Aracaju.

Três partidos ficaram empatados com dois eleitos para prefeitos em capitais: PMDB, PSDB e PSB. O PMDB elegeu Nelson Trad prefeito de Campo Grande e Iris Rezende, em Goiânia. O PSDB colocou Sílvio Mendes à frente da prefeitura de Teresina e Beto Richa em Curitiba. O PSB elegeu Ricardo Coutinho prefeito de João Pessoa e Iradilson Sampaio em Boa Vista.

Outros três partidos elegeram prefeitos em apenas uma capital: PV, PP e PCdoB. O Partido Verde emplacou a candidata Micalra de Sousa em Natal; o PP elegeu Cicero Almeida em Maceió; e o PCdoB, Edvaldo Nogueira em Aracaju.



Eleitores de Águas Lindas (GO), no entorno do Distrito Federal, aguardam o momento de votar; exceto em Brasília e Fernando de Noronha, cidadãos compareceram às urnas para escolher prefeitos e vereadores de 5.563 municípios do país

PMDB é o partido com maior número de prefeitos eleitos

Os resultados do primeiro turno das eleições de domingo reproduzem, no âmbito municipal, o quadro partidário das bancadas no Senado. Com 1.200 prefeitos eleitos, o PMDB mantém sua primeira colocação – o partido ocupa 21 das 81 cadeiras de senadores. O mesmo ocorre com o PSDB, o segundo em números na Casa – 13 senadores –, que também sai em segundo lugar em prefeituras conquistadas – 784.

De acordo com os resultados das eleições do primeiro turno, apresentados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o PP ficou em terceiro lugar na disputa pelas 5.563 prefeituras, elegeu 548 prefeitos; e o PT, em quarto, com 546, seguido pelo DEM, com 497, e pelo PTB, com 413.

No segundo turno, o PMDB irá concorrer em 11 cidades com mais de 200 mil eleitores, cinco delas, capitais – Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Florianópolis. PT e PSB concorrerão em três capitais. PSDB e PTB, em duas. Enquanto DEM, PP, PV, PDT, PR e PCdoB concorrerão em uma capital cada um.

No Senado, essa relação partidária revela que, depois do PMDB e do PSDB, estão

empatados, em terceiro lugar, o DEM e o PT, com 12 senadores cada. O PTB tem sete representantes; o PDT, cinco; e o PR, quatro. O PSB tem dois representantes e as siglas PCdoB, PP, PRB, PSOL e PSC têm um senador cada.

A análise sobre o desempenho partidário especificamente nas 26 capitais revela que o PT está em primeiro lugar, por ter conseguido eleger prefeitos em seis delas – Rio Branco, Fortaleza, Vitória, Recife, Porto Velho e Palmas. O partido vai disputar, no segundo turno, as prefeituras de Porto Alegre, Salvador e São Paulo.

Em relação às capitais, ainda, três partidos ficaram empatados com candidatos eleitos em duas prefeituras, cada um – PMDB, PSDB e PSB. Outras três agremiações elegeram prefeitos em apenas uma capital cada – PV, PP e PCdoB.

Ainda segundo o TSE, haverá segundo turno em 29 cidades – incluindo as 11 capitais – no próximo dia 26. A exigência de segundo turno é para os 77 municípios com mais de 200 mil eleitores nos quais nenhum candidato tenha obtido maioria absoluta dos votos válidos – 50% mais um.

Renan afirma que partido tem tradição municipalista

“O PMDB é a cara do povo brasileiro”, afirmou em discurso Renan Calheiros (AL), ao comemorar o desempenho do seu partido nas eleições municipais. O senador informou que a legenda elege cerca de 1.200 prefeitos, entre eles o de Goiânia, Iris Rezende, e o de Campo Grande, Nelson Trad, que foram reconduzidos ao cargo. O partido também disputará o segundo turno no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte, Belém e Florianópolis.

– O PMDB demonstrou que tem capilaridade e uma militância organizada – destacou o senador, salientando a proximidade do partido com os movimentos sociais e os sindicatos.

Renan lembrou que o PMDB tem uma tradição municipalista de fortalecimento das prefeituras. Os resultados eleitorais, a seu ver, mostram que o partido “é um grande patrimônio da sociedade brasileira e tem o dever de responder às suas expectativas”.

Ele anunciou que a agremiação vai trabalhar por um projeto nacional “afinado com os interesses populares, com o objetivo de melhorar a geração de empregos, a educação, a saúde, a segurança pública, o lazer e a habitação”. Além disso, observou, a sociedade brasileira deseja uma “ampla e profunda reforma político-partidária”.

– Faço um apelo às lideranças, aos presidentes Garibaldi Alves Filho [do Senado] e Arlindo Chinaglia [da Câmara] para que retomemos imediatamente a votação da reforma da reforma política e também da reforma tributária ainda neste semestre – disse Renan Calheiros.

Renan pede retomada das reformas política e tributária



Senador ressalta a tranquilidade das eleições

Tuma quer mudar contagem dos votos de legenda

Romeu Tuma (PTB-SP) sugeriu ontem, em pronunciamento no Plenário, estudos para atualizar a lei eleitoral de forma a permitir que os votos conferidos aos partidos de uma coligação possam beneficiar todos os candidatos em disputa e não apenas os da legenda com maior capacidade de divulgação no pleito. Na avaliação do senador, o critério do voto de legenda atual traz enormes prejuízos aos candidatos que não são dos partidos que normalmente lançam os cabeças de chapa ao Executivo.

O senador também parabenizou várias pessoas pelo trabalho realizado nas eleições municipais. Ele homenageou o publicitário Washington Olivetto, que preparou gratuitamente, para o Tribunal Superior Eleitoral, propagandas mostrando a importância do pleito.

Também parabenizou a ex-senadora Heloisa Helena (PSOL), que se elegeu vereadora em Maceió com a maior votação do município. Romeu Tuma ainda homenageou o presidente do TSE, ministro Carlos Ayres Britto, pela tranquilidade das votações.

Ideli Salvatti lembra que PT cresce nos municípios desde 1988

Ao se dizer “muito satisfeita” com o resultado das eleições de domingo (5), a senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, afirmou que o seu partido é o único que, desde 1988, conquista mais prefeituras a cada eleição. Informou que o PT garantiu até agora (ainda haverá segundo turno em alguns municípios) 545 prefeituras. Ela lembrou que, há 30 anos, o partido administra apenas 38 municípios.

Pelos números disponíveis até agora, o PMDB sairá destas eleições com pelo menos 1.201 prefeituras, conforme a senadora. O segundo partido com maior número de prefeitos deve ser o PSDB (785), seguido do DEM (547) e do PT (545). Ideli Salvatti registrou que o DEM e o PSDB vêm perdendo prefeituras a cada eleição.

A líder petista informou ainda que os prefeitos do seu partido vão administrar municípios que têm, no total, pelo menos 16 milhões de eleitores; o PMDB governará um eleitorado de 17 milhões de pessoas; o PSDB, 14 milhões; e o DEM, 9 milhões. Ideli chamou a atenção para o fato de que PT e PMDB, maiores partidos da base governista no Congresso Nacional, vão administrar, juntos, municípios com cerca de 33 milhões de eleitores.

Ela acrescentou que os opositores PSDB e DEM governarão municípios com 23 milhões de eleitores, levando em conta apenas aqueles em que as eleições já estão decididas. Somando-se as prefeituras conquistadas pelos partidos menores, acrescentou Ideli Salvatti, a base governista administrará no

mínimo localidades com 59 milhões de eleitores.

A senadora afirmou ainda que o Partido dos Trabalhadores apresentou boa votação nas capitais dos estados. Em relação ao segundo turno em São Paulo, Ideli Salvatti lembrou que o partido elegeu vários prefeitos de grandes cidades próximas à capital paulista.

– O Programa de Aceleração do Crescimento [PAC] é uma demonstração evidente da presença inusitada do governo federal nas regiões mais isoladas deste país. Só na integração rodoviária do meu estado, nós estamos falando de uma obra de mais de R\$ 800 milhões, sem contar as obras de infra-estrutura na área de saneamento, de suporte industrial para o estado, de geração de emprego e renda, além das áreas de saúde, educação e segurança – afirmou Ideli Salvatti.

Senadora comemora desempenho eleitoral da base governista

Mercadante credita a Lula “vitória expressiva” dos partidos aliados

Aloizio Mercadante (PT-SP) classificou ontem o resultado das eleições municipais de domingo como uma “vitória expressiva” do seu partido e dos partidos aliados do governo. Segundo o senador, esse desempenho eleitoral se deve à popularidade do presidente Lula, que também estaria diretamente ligado a um “sentimento de felicidade, de otimismo, satisfação e esperança” advindo do povo.

– O presidente Lula tem 80% de apoio do povo brasileiro, é o presidente mais bem avaliado da história do Brasil e é evidente que esse sentimento esteve presente nessas eleições municipais – afirmou.

Mercadante disse que tirou dois aprendizados das eleições municipais: existe uma tendência predo-

minante do eleitorado à reeleição e houve um fortalecimento do PT e dos partidos aliados nas 79 maiores cidades brasileiras. O parlamentar afirmou que a reeleição foi facilitada porque os prefeitos – inclusive os de oposição – tiveram muito mais recursos e o apoio do governo federal para governar. Ele também ressaltou a diferença do desempenho eleitoral entre PT e PSDB.

– Nessas 79 cidades, o PT tem mais que o dobro do PSDB. O PSDB não ganhou nenhuma eleição na Grande São Paulo – frisou.

Em relação a São Paulo, Aloizio Mercadante comparou a votação que teve há dois anos, quando se candidatou ao governo do estado, com a votação obtida pela ex-prefeita Marta Suplicy no primeiro turno.

Segundo ele, os 32,78% dos votos dados a Marta são praticamente os mesmos 34,24% dados a ele dois anos atrás, “em números absolutos”. O senador observou que o segundo turno na capital paulista será um grande desafio e que o PT precisa atrair o voto de “uma classe média moderna, contemporânea”.

Mercadante: mais recursos fortaleceram tendência à reeleição



Senador diz que PAC vai marcar história do estado

Unidade é a força do Acre, diz Tião Viana

Tião Viana (PT-AC) analisou em Plenário, ontem, a reeleição do prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, também petista. Viana disse que o prefeito soube formar uma coligação partidária que se identificou com o eleitor e que a vitória é resultado de um projeto político que completou 12 anos e envolve, além das prefeituras, o governo do estado e o apoio do governo federal. O senador também ressaltou a popularidade do presidente Lula como fator político importante na vitória de Angelim.

– O Programa de Aceleração do Crescimento [PAC] é uma demonstração evidente da presença inusitada do governo federal nas regiões mais isoladas deste país. Só na integração rodoviária do meu estado, nós estamos falando de uma obra de mais de R\$ 800 milhões, sem contar as obras de infra-estrutura na área de saneamento, de suporte industrial para o estado, de geração de emprego e renda, além das áreas de saúde, educação e segurança – afirmou Tião Viana.

Para o senador, chegou a hora de dar continuidade ao projeto de amadurecimento político no Acre, envolvendo e unindo a base do governo e a oposição, para manter o interesse público em primeiro lugar. Ele ressaltou ainda a distância entre o Poder Legislativo e o ordenamento jurídico do processo eleitoral, com a transferência para a Justiça do papel de interpretar e decidir sobre normas jurídicas do processo eleitoral do país.

Foto de Célio Azevedo

Senador faz uma análise pessimista da realidade dos partidos, que, segundo ele, não mais baseiam sua atuação no conteúdo dos programas, mas em interesses locais

Para Alvaro Dias, quadro partidário está falido

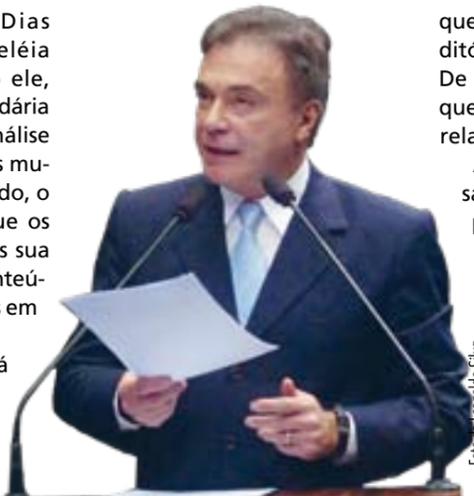
O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) criticou a “geléia geral” em que, segundo ele, transformou-se a vida partidária nacional. Ao fazer uma análise dos resultados das eleições municipais de domingo passado, o parlamentar lamentou que os partidos não baseiem mais sua atuação e ligações no conteúdo de seus programas, mas em interesses locais.

Para classificar o que está ocorrendo, o senador usou a expressão “falência dos partidos”. E advertiu para a confusão que esse processo está causando na cabeça do eleitor. Alvaro disse que em um único dia fez campanha para sete números de partidos diferentes, segundo as ligações feitas pelo PSDB.

– Não são partidos programáticos; são siglas para registro de candidaturas que se associam para eleger. E nessa associação assistem-se a alianças estapafúrdias. Estabelece-se uma espécie de geléia geral, uma confusão capaz de colocar muitas dúvidas no eleitor, por mais esclarecido que seja. Na verdade, consagra-se uma anarquia programática – assinalou o senador.

Por essa razão, o senador afirmou não ver conexão entre as campanhas municipais e o quadro político nacional. Assim, os resultados do último pleito não espelhariam nem a vitória do governo e nem a da oposição.

– A oposição, aliás, está dizimada. E não falo da oposição ao governo federal, mas de qual-



Alvaro Dias: situação requer reforma urgente

quer oposição – disse o senador, explicando que o uso da máquina administrativa pelos atuais prefeitos torna praticamente certa a sua reeleição, a não ser quando podem ser considerados “péssimos”. O parlamentar condenou ainda a prática, conforme ele, comum, de o governante gastar preferencialmente às vésperas das eleições.

– A fidelidade partidária acabou. Hoje é possível apoiar candidatos de qualquer partido – disse, em aparte, o senador Romeu Tuma (PTB-SP), que também criticou as campanhas baseadas no *marketing* e não em compromissos.

Pesquisas e debates

Alvaro Dias previu que “a pulverização dos quadros políticos” vai empurrar a disputa eleitoral em 2010 para uma aglutinação em torno de nomes e não de partidos. As agrimações terão

que se juntar, de forma contraditória, em torno desses nomes. De acordo com Alvaro, isso é o que já ocorre hoje em dia em relação ao governo Lula.

Ainda assim, o senador ressaltou que houve avanços no processo eleitoral, como o fim dos showmícios, brindes e *outdoors*, entre outros meios de propaganda, com economia de custos e respeito ao eleitor.

O senador pediu que sejam discutidas novas regras para pesquisas e debates. Com relação às primeiras, cobrou mudanças para evitar a manipulação de números. Como exemplo, citou a posição de desvantagem atribuída ao candidato do PSDB à prefeitura de Londrina, Luiz Carlos Hauly, por um instituto de pesquisa. Hauly teria cerca de 10% das intenções de voto, mas acabou recebendo mais de 23% dos votos e vai disputar o segundo turno.

Alvaro manifestou-se a favor de regras mais claras para a punição dos institutos que faltarem com a ética.

– Tudo isso exige uma reforma política de amplitude. O Brasil já condenou esse modelo. Agora, o presidente da República encaminha ao Congresso um projeto de reforma política. É esperança ou encenação? Esperamos que o presidente, principalmente depois das lições aprendidas durante esta campanha eleitoral, possa realmente se interessar, de fato, pela reforma política – conclamou Alvaro Dias.

Mesquita Júnior é contra remunerar cabo eleitoral

A prática de contratar cabos eleitorais para a campanha, na opinião de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), é “uma deformação do processo eleitoral, do processo político”. Por isso, o senador defendeu o fim dos cabos eleitorais remunerados.

Mesquita Júnior disse considerar aceitável a contratação de funcionários para trabalhar em serviços burocráticos da campanha, mas observou que a contratação de cabos eleitorais é, na verdade, “uma compra de votos disfarçada”.

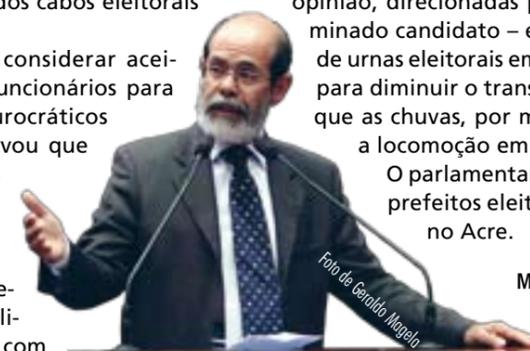
– Os partidos, já tão debilitados ideológica e politicamente, sofrem demais com

uma praga dessas – afirmou.

O senador levou ao Plenário observações que fez durante a última eleição. Ele criticou as pesquisas eleitorais – muitas vezes, em sua opinião, direcionadas para favorecer determinado candidato – e sugeriu a instalação de urnas eleitorais em todas as localidades, para diminuir o transporte de eleitores, já que as chuvas, por muitas vezes, dificulta a locomoção em seu estado.

O parlamentar cumprimentou os 22 prefeitos eleitos em primeiro turno no Acre.

Mesquita Júnior critica as pesquisas eleitorais



“É poder aquisitivo que guia as eleições”, lamenta Mário Couto

Na opinião de Mário Couto (PSDB-PA), o processo eleitoral, atualmente, é guiado pelo poder aquisitivo do candidato ou pelos recursos que ele mobiliza, “em detrimento de sua cultura, capacidade ou boas intenções”. Para mudar essa situação, o senador pediu que o presidente Lula “aproveite sua boa avaliação e aceitação pela população e envie ao Congresso um projeto de reforma política realmente profunda”. As mudanças já promovidas, como a proibição de “espetáculos” em comícios e de *outdoors*, contribuíram para uma “melhora significativa”, na opinião do senador, mas não são suficientes.

Mário Couto criticou ainda a reeleição, pois, segundo ele, “o candidato que concorre com um político que tenta se reeleger é massacrado”.

– Primeiro, porque há aqueles que se utilizam da máquina pública de forma desonesta. E



Para Mário Couto, instituto da reeleição torna disputa desigual

pior, porque há os que adotam a estratégia de não realizar absolutamente nada durante três anos, e guardar para investir tudo no ano eleitoral, sem critério adequado de prioridades, tendo como único critério a própria eleição.

O senador também festejou a conquista, pelo PSDB e por seus aliados, de mais de 50% das prefeituras do Pará.

Heráclito parabeniza prefeitos eleitos e reeleitos no Piauí

Heráclito Fortes (DEM-PI) congratulou-se com a Justiça Eleitoral brasileira e com os prefeitos eleitos e reeleitos no estado do Piauí, que enfrentaram, segundo ele, “máquinas poderosas, desmandos e provocações” dos adversários durante a campanha.

O senador denunciou a existência de uma “indústria de pesquisas” no estado, que cometeu erros graves, e anunciou que hoje voltará à tribuna para falar sobre os candidatos derrotados. Heráclito destacou a vitória do prefeito reeleito de Teresina, Sílvio Mendes, que obteve mais de 70% dos votos.

– A sensação que nós tínhamos, percorrendo as ruas da cidade, era de que Sílvio Mendes não disputava uma eleição, mas, sim, era homenageado por toda uma cidade. Era praticamente voz unânime o merecimento da sua recondução. Nós fizemos parte da aliança de apoio ao prefeito e vimos a leveza do candidato, a maneira como ele participou do debate, enfrentando tentativas infrutíferas de massacrá-lo com agressões e perguntas descabidas – afirmou.



Heráclito afirma que máquina pública foi usada pelo governo estadual

Heráclito pediu ao senador Marco Maciel (DEM-PE) que estude a elaboração de uma legislação que impeça os abusos cometidos pelos institutos de pesquisa e evite danos irreparáveis.

Segundo ele, também houve casos escandalosos de uso da máquina pública pela base do governo estadual, com uma “enxurrada” de promessas de obras nas cidades do interior. O senador disse que, com a chegada do PT ao poder, esperava que esses abusos fossem eliminados, “mas o que se vê é o contrário”, lamentou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Geraldo Mesquita Júnior • Romeu Tuma • Marco Maciel

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Os temas investigação pré-processual e provas também serão examinados pelos integrantes do colegiado que prepara anteprojeto de novo código

Comissão do CPP analisa hoje medidas cautelares

OS INTEGRANTES DA comissão externa criada no Senado para elaborar um anteprojeto de Código de Processo Penal (CPP) voltam a discutir, hoje, a partir das 9h, o modelo de investigação pré-processual. O debate será feito com base em texto elaborado pelo delegado federal e presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Sandro Torres Avelar.

Na reunião, também será analisado o tema medidas cautelares, a partir de texto produzido pelo consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira. A comissão examinará ainda a questão provas, embasada em propostas elaboradas por Sandro Avelar e Fabiano Silveira, bem como pelo advogado e professor da Universidade de São Paulo (USP) Antônio Magalhães Gomes Fi-

lho e pelo promotor de Justiça Tito de Souza Amaral.

A comissão é formada por nove integrantes e foi instalada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, em 9 de julho último, por sugestão do senador Renato Casagrande (PSB-ES). O colegiado tem prazo de 180 dias, a contar da sua instalação, para apresentar um anteprojeto de novo CPP, que será colocado em consulta

pública e depois submetido à análise dos senadores. O texto aprovado pelos senadores será transformado em projeto de código e tramitará nas duas Casas do Congresso. A comissão é coordenada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalhido e tem como relator-geral o procurador regional da República Eugênio Pacelli. Compõem também a equipe o juiz federal

Antonio Corrêa, o advogado e ex-secretário de Justiça do Amazonas Félix Valois Coelho Júnior e o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Jacinto Nelson de Miranda Coutinho.

A comissão recebe contribuições da comunidade jurídica bem como do público em geral por meio do site www.senado.gov.br/novocpp ou pelo e-mail novocpp@senado.gov.br.

Frente nacional intensificará ação contra trabalho escravo

A Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo reúne-se amanhã para discutir uma mobilização nacional pela aprovação da proposta de emenda à Constituição que trata do confisco de terras nas quais for constatado trabalho escravo. No dia 17 de outubro, será intensificada, em todo o Brasil, a coleta de assinaturas para que a PEC seja aprovada este ano na Câmara dos Deputados. Os organizadores pretendem atingir o apoio de 1 milhão de pessoas.

A proposta (PEC 438/01), que determina que as terras confiscadas sejam destinadas à reforma agrária, já foi aprovada em dois turnos no Senado e em primeiro turno na Câmara, onde está parada desde 2004. A PEC tem sido alvo de manifestações contrárias por parte de um grupo de parlamentares.

A mobilização em torno da proposta, organizada pela Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, tem como coordenador no Senado o presidente da subcomissão, senador José Nery (PSOL-PA). Para ele, a expropriação das terras onde for flagrada mão-de-obra escrava, que está sendo chamada de a Segunda Abolição da Escravatura no Brasil, é medida justa e necessária e um dos principais meios para eliminar a impunidade.

– Escravidão é violação dos direitos humanos e deve ser tratada como tal. Se um proprietário de terra a utiliza como instrumento de opressão, deve perdê-la, sem direito a indenização – afirmou José Nery em

entrevista à Agência Senado.

Integram ainda a Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, entre outras entidades, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, Degradante e Infantil da Câmara; a Secretaria Especial dos Direitos Humanos; o Ministério Público do Trabalho; a Procuradoria Geral do Trabalho; a Secretaria de Inspeção do Trabalho, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; a Comissão Pastoral da Terra e a Organização Internacional do Trabalho.

Plano

Com o mesmo objetivo de eliminar atividades que escravizem o trabalhador, o governo federal lançou no último dia 10 o 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. O programa inclui em suas metas a aprovação de várias propostas que tramitam no Legislativo e que tenham por objetivo combater a prática do trabalho escravo, como a PEC 438/01.



José Nery defende rápida aprovação de proposta para confisco de terra



CPI da Pedofilia apresenta dia 13 minuta de termo de ajustamento de conduta a ser celebrado entre as teles, o MP e a PF

Regras para liberação de dados sobre pedófilos

A CPI da Pedofilia deve apresentar no próximo dia 13 uma minuta de termo de ajustamento de conduta (TAC) para ser discutida com representantes das concessionárias de serviços de telecomunicações. O termo, a ser celebrado entre as teles, o Ministério Público e a Polícia Federal, definirá regras para fornecimento de dados sobre usuários de internet acusados de pedofilia, investigados pelas autoridades policiais do país. O acordo também servirá de base para a elaboração de um projeto de lei sobre o assunto.

O documento, já discutido em duas reuniões realizadas por assessores da CPI e representantes das empresas, objetiva suprir deficiências na legislação brasileira sobre prestação de serviços de internet. Entre os aspectos a serem abordados, devem constar o período mínimo de armazenamento, pelas teles, de dados sobre usuários da rede mundial, o prazo máximo para fornecimento das informações e a padronização dos dados disponibilizados.

Conforme explica o presidente da organização não-governamental Safernet, Thiago Tavares, não existe no Brasil norma que preveja a obrigatoriedade da preservação dos dados sobre acessos à internet ou determinação de prazo para que as empresas de telecomunicações forneçam as informações solicitadas pelas autoridades judiciais e policiais.

Em experiência recente de demandas feitas pela CPI, que é presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES), a demora na resposta e a falta de padronização

de dados preocuparam senadores e assessores do colegiado. Após a quebra de sigilo de álbuns fechados do Orkut, site de relacionamento do Google, a CPI identificou 874 endereços de conexões (denominados endereços IP – Internet Protocol) envolvidos na divulgação de material pedófilo. Foram então solicitadas às teles informações sobre o endereço físico dos computadores de onde as mensagens foram enviadas e a identificação dos responsáveis pelas máquinas.

As empresas levaram até três meses para responder à CPI, e boa parte dos dados apresentava problemas técnicos. Foram aproveitadas, por exemplo, apenas 34% das informações fornecidas pela NET, 43% dos dados da Brasil Telecom e 51% da Oi Telemar.

Somente os dados da Telefônica e da GVT atingiram 80% de utilização. Para Carlos Eduardo Sobral, delegado da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, o termo de ajustamento de conduta pode apontar soluções para esses problemas.

– Podemos melhorar a forma como as informações são fornecidas, buscar uma padronização de formato, tanto do pedido de informação como da resposta. São questões práticas que envolvem os órgãos responsáveis pelas investigações e as empresas, que manifestaram total interesse em colaborar com a CPI – afirmou Sobral.

Nos entendimentos com as teles, informa o delegado, já há consenso sobre o armazenamento de dados por três anos, a forma de envio eletrônico de informações, a padronização de demanda e resposta e a criação de um canal de emergência para comunicação entre a Polícia Federal e as concessionárias de telecomunicações.

Prazo

Entre os itens ainda em negociação, está o prazo de resposta às solicitações da polícia ou do Ministério Público. A CPI quer

que as empresas adotem no Brasil os prazos de resposta praticados nos Estados Unidos e na Inglaterra: até duas horas para casos que envolvam risco iminente à vida; até 12 horas para casos graves, mas sem risco iminente

à vida; e até 72 horas para os demais casos. Na opinião de Thiago Tavares, não haveria impedimento para a adoção dessa regra, uma vez que, por exemplo, muitas teles que operam no Brasil também atuam no Reino Unido e já cumprem as normas estabelecidas pelas autoridades britânicas.

Os assessores da comissão de inquérito acreditam que no dia 13 se chegará a um entendimento sobre condições razoáveis para a adaptação das teles às novas regras, de forma a atender às necessidades das autoridades judiciais e policiais e assegurar o interesse da sociedade brasileira.

Acordo com teles também servirá de base para projeto visando ampliar o combate a abusos contra menores

Concurso de Fotografias do Legislativo Federal

Aberto aos funcionários, terceirizados e estagiários do Senado Federal, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União.

Tema: O Meio Ambiente no Planalto Central

Inscrições: 22 de Setembro a 10 de Outubro

Informações: www.senado.gov.br/senadoverde

SECS/SUPRES
Foto: Andréia Valente da Cunha

Senadores alertam para a necessidade de o Brasil adotar medidas em resposta à crise internacional. Osmar defende aumento de créditos para a agricultura

Osmar Dias quer proteger agricultura e setor produtivo

O SENADOR OSMAR Dias (PDT-PR) anunciou sua participação em reunião do Conselho Político, no Palácio do Planalto, para discutir a crise no sistema financeiro. Ele prometeu defender a adoção, pelo governo, de "medidas ousadas", especialmente para proteger a agricultura e a produção.

O primeiro ponto citado por Osmar é a necessidade de aumento de crédito para o produtor rural, além do acréscimo já anunciado de 12% em relação ao ano anterior.

Segundo o senador, "não dá para plantar a safra que o governo quer com o crédito que foi divulgado", já que o custo de insumos como os fertilizantes, por exemplo, em alguns casos subiu 100%.



Osmar pede crédito maior para o produtor rural

– A primeira medida para combater a crise é produzir mais, e para isso o governo deve rever os valores para o crédito rural, de custeio e de investimento – afirmou.

Sem crédito para investimento, frisou, a modernização do setor e a incorporação de novas tecnologias vão ser in-

terrompidas, o que pode prejudicar também a produtividade.

Nos últimos anos, graças a esses investimentos, o Brasil bateu recordes de produção plantando praticamente na mesma área, disse Osmar Dias.

O crédito para a exportação, assinalou ainda o senador, também deve ser elevado, sob risco de o país perder mercados "duramente conquistados". Além disso, observou o parlamentar, o governo precisa estar atento ao custo da produção, tomando medidas como a desoneração de alguns artigos que são necessariamente importados.

– Essas medidas são importantes para reduzir o impacto da crise no setor produtivo.

Cristovam: "Consumo voraz derrete bancos e calotas polares"

A atual crise econômica mundial, segundo Cristovam Buarque (PDT-DF), foi causada pela "voracidade do consumidor e do setor produtivo que, sempre almejando maior lucro e rentabilidade, pressionam o setor financeiro para que ofereça créditos além dos limites para financiar o consumo".

O senador afirmou que essa mesma voracidade causa o derretimento das calotas polares, provocado pelo efeito estufa, que, por sua vez, também decorre do aumento da poluição que tem, entre outras causas, o

aumento da produção.

– Gelos e bancos estão derretendo pela mesma causa – observou.

Para Cristovam, o Brasil tirará bom proveito da crise se souber procurar novos rumos para sua economia. Sugeriu, a curto prazo, "limitar a irresponsabilidade a que o setor bancário é tentado, por força da produção". E, a longo prazo, mudar o perfil da produção brasileira.

O país tem de se tornar, na opinião do senador, uma "fábrica de conhecimento, que é o capital do futuro".



Brasil deve aproveitar crise para buscar novos rumos econômicos, diz Cristovam

Cristovam ainda elogiou "a política responsável do Banco Central" e disse que o governo tem de estar atento para não deixar que os gastos públicos saiam do controle.



Para Maciel, é preciso fazer a reforma política e regulamentar a Carta

Marco Maciel: Constituição de 88 é "obra ainda não concluída"

Ao relembrar os 20 anos da atual Constituição, completados nesse domingo, o senador Marco Maciel (DEM-PE) observou que centenas de artigos estão ainda por ser regulamentados e que a governabilidade do país depende do fortalecimento das instituições. Por essa razão, ele defende a reforma política, que poderia instaurar um quadro de maior segurança jurídica.

– Se podemos registrar como extremamente positiva a Constituição de 1988, não podemos deixar de dizer que ela é uma obra ainda não concluída – observou Maciel.

No entender do senador, a Constituição de 88 é um texto analítico, com "número elevado de dispositivos", não apenas no texto permanente, mas também das disposições constitucionais e transitórias. Uma publicação do Ministério da Justiça chegou a listar 269 dispositivos pendentes de regulamentação.

De acordo com Maciel, estudioso da matéria constitucional, a Carta de 1988 trouxe uma série de avanços decorrentes das aspirações represadas durante o regime autoritário.

– A Constituição que Ulysses Guimarães denominou de "cidadã" atendeu às demandas da sociedade, sobretudo porque ela se converteu na mais moderna e mais ampla Carta de direitos individuais e coletivos e no mais completo conjunto de direitos sociais que o país conheceu – assinalou.

O senador acrescentou que os capítulos dos direitos políticos e dos direitos dos partidos políticos, por sua vez, constituem também inovação elogiável, em se tratando de Brasil, pois só de maneira indireta os textos anteriores tratavam da matéria.

Maciel chamou a atenção para o capítulo relativo à Organização dos Poderes, por ser o mais denso e o mais completo

Definição das ações essenciais à Justiça e tratamento dado ao MP criaram quarto poder

no que diz respeito ao Poder Legislativo, cujas competências foram substancialmente ampliadas. O parlamentar só faz ressalvas com relação às medidas provisórias, uma vez que, ao

editá-las, freqüentemente o governo deixa de observar os pressupostos de urgência e relevância.

O senador também mencionou como um avanço do texto constitucional a especificação das ações essenciais da Justiça, quando discrimina as funções do Ministério Público, da Advocacia Geral da União e da Defensoria Pública. No caso do Ministério Público da União, Marco Maciel acredita que a Constituição acabou por transformá-lo num quarto poder.

Outro aspecto importante da Carta promulgada em 1988 é o fortalecimento da Federação, embora esta ainda se encontre restrita, na opinião do senador, em razão da concentração dos recursos na esfera federal em prejuízo de estados e municípios.

Exposição comemora os 20 anos da Constituição Cidadã

Vídeos, imagens e documentos que registram o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte – de fevereiro de 1987 até a promulgação da Carta, em 5 de outubro de 1988 – estarão na exposição *20 Anos da Constituição Cidadã*.

A cerimônia de abertura da mostra, marcada para as 11h de hoje, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, contará com a presença dos presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia.

A exposição integra a programação comemorativa dos 20 anos de promulgação da Constituição e traz um acervo que mostrará ao público a recente história da construção da

cidadania no Brasil.

Entre o material exposto, haverá versões em braille de textos didáticos para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência visual às peças históricas.

A Constituição Cidadã, assim chamada pelo deputado Ulysses Guimarães, que presidiu a Assembléia Nacional Constituinte, inaugurou uma nova estrutura jurídico-constitucional, ampliando as liberdades civis e assegurando direitos e garantias fundamentais para o cidadão brasileiro.

A mostra ficará aberta ao público até o dia 2 de novembro, diariamente, das 9h às 18h, no Salão Negro do Congresso Nacional.

Adelmir homenageia micro e pequena empresa

As micro e pequenas empresas do Brasil foram homenageadas por Adelmir Santana (DEM-DF). O senador recordou que, em 5 de outubro de 1999, entrava em vigor a Lei 9.841/99 – regulamentada no ano seguinte pelo Decreto 3.474/00 –, que ficou conhecida como Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

– É dia de parabenizarmos os empresários de pequeno porte, todos os pequenos negócios das áreas da indústria, construção civil, agronegócio, comércio e serviços. Todos aqui reconhecem a força das pequenas empresas e o que significam para o desenvolvimento do país e para a estabilidade das nossas relações sociais – ressaltou.

Adelmir lembrou que as pequenas e micro empresas representam 99% dos negócios do país, 20% do produto interno bruto (PIB) e 56% da mão-de-obra com carteira

de trabalho. Dos 28 milhões de empregos urbanos da iniciativa privada, completou o senador, 16 milhões são gerados por micro e pequenos empreendimentos.

– É imperioso que se reconheça o trabalho daqueles que tocam as pequenas empresas. São homens e mulheres de coragem, heróis anônimos, trabalhadores obstinados na busca da consolidação dos seus espaços na sociedade. São essas pessoas que fazem a diferença no Brasil de hoje. O segmento produtivo por eles sustentado é a esperança de crescimento e de estabilidade da economia nacional – afirmou.

Lei Geral

Adelmir disse ainda que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar



Adelmir lembra os nove anos de estatuto

123/06) trouxe consideráveis avanços ao setor (crescimento de mais de 13% na abertura de novas empresas em 15 meses), porém, necessita ser aperfeiçoada. O senador também homenageou o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do qual é presidente do Conselho Deliberativo Nacional. O Sebrae completa 36 anos na quinta-feira.